

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran

CNPJ: 61.699.567/0018-30
Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2024. São Paulo, 29 de Fevereiro de 2024.
Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
	2023	2022	
Ativo Circulante	128.576.584,12	146.135.239,64	Passivo Circulante
Saúde	128.576.584,12	146.135.239,64	Saúde
Caixa e Equivalentes de Caixa (3.1/3.1.1)	17.360.068,22	32.361.853,32	Obrigações Trabalhistas (3.8)
Cliente e Outros Recebíveis (3.2)	107.572.167,99	109.327.278,53	Obrigações Tributárias e Previdenciárias (3.9)
Créditos e Contas a Receber (3.3)	482.577,67	521.384,73	Fornecedores e Prestadores de Serviços (3.10)
Estoque (3.4/3.4.1)	3.153.664,59	3.916.504,14	Subvenções e Parcerias a realizar (3.11)
Despesas Antecipadas Saúde (3.5)	8.105,65	8.218,92	Contas a Pagar (3.12)
Ativo Não Circulante	712.113,17	7.963.383,01	Outras Obrigações com Terceiros (3.4.1)
Saúde	712.113,17	7.963.383,01	Passivo não Circulante
Realizável a Longo Prazo (3.6)	712.113,17	734.996,90	Saúde
Imobilizado (3.7)	0,00	7.228.386,11	Contas a Pagar (3.13/3.13.1)
Total do Ativo	129.288.697,29	154.098.622,65	Provisões Oriundas
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

	dez/23	dez/22
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit/Déficit do exercício/período	0,00	0,00
Ajustes p/conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	0,00	0,00
Depreciação e amortização	0,00	0,00
Resultado na venda/baixas de ativos imobilizado	0,00	0,00
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	0,00	0,00
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	1.755.110,54	-3.086.641,43
(Aumento) Redução outros créditos	61.690,79	-249.036,24
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	113,27	781,08
(Aumento) Redução em estoques	829.231,75	743.574,68
Aumento (Redução) em fornecedores	-385.806,69	1.041.681,34
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão	-18.779.683,81	22.283.565,57
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	1.517.559,05	1.518.328,86
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	-7.228.386,11	-937.054,82
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	-22.230.171,21	21.315.199,04
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado	0,00	0,00
(-) Aquisições de imobilizado	0,00	0,00
(-) Adição de Bens de Terceiros	7.228.386,11	937.054,82
(-) Adição de bens intangíveis	0,00	0,00
(-) Direito de Uso	0,00	0,00
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	7.228.386,11	937.054,82
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
(-) Pagamentos de Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Juros pagos por empréstimos	0,00	0,00
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	0,00	0,00
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	-15.001.785,10	22.252.253,86
Saldo inicial de Caixa e equivalente	32.361.853,32	10.109.599,46
Saldo final de Caixa e equivalente	17.360.068,22	32.361.853,32
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

	dez/23	dez/22
1 - Receitas	235.803.750,35	212.136.129,30
1.1) Prestação de serviços	0,00	0,00
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	210.257.557,72	189.202.027,48
1.3) Outras Receitas	849.896,34	492.713,27
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	24.696.296,29	22.441.388,55
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	126.942.693,93	116.320.181,29
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	38.915.249,95	35.774.271,67
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	87.877.548,71	80.188.746,31
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	0,00	317.052,99
2.4) Outros	149.895,27	40.110,32
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	108.861.056,42	95.815.948,01
4 - Retenções	0,00	0,00
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	0,00	0,00
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	108.861.056,42	95.815.948,01
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	0,00	537,51
6.1) Receitas financeiras	0,00	537,51
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	108.861.056,42	95.816.485,52
8 - Distribuição do Valor Adicionado	108.861.056,42	95.816.485,52
8.1) Pessoal e encargos	80.466.898,25	69.839.715,50
8.2) Impostos, taxas e contribuições Financeira	42,83	177,56
8.4) Aluguéis	56.287,76	0,00
8.5) Imunidade Sobre contribuições Superávit/Déficit do Período	3.641.531,29	3.535.203,91
24.696.296,29	22.441.388,55	
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e do município de sua sede, respectivamente pelos decretos nºs 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial da Associação é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento, prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando os laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Com o crescimento institucional, a SPDM vem expandindo sua área de atuação com projetos, em desenvolvimento, na área da Assistência Social e na área Educacional. Toda essa gama de atividades consolidada, cada vez mais, a SPDM como uma instituição filantrópica de grande porte, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil, visando principalmente garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, atua na área da assistência social e promove formação e treinamento na área da saúde entre outros. **Características da Unidade Gerenciada:** O Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran, de agora em diante, denominado HMBFM, voltou a ser gerenciado pela SPDM desde 14 de julho de 2017. O HMBFM é fruto de uma parceria entre a SPDM e Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Município de Barueri. A SPDM gerenciou o HMBFM no período de 05/2008 até 05/2013, época em que há registros de que o hospital era referência na saúde para região. O HMBFM é de média complexidade, com 288 leitos, que oferece à população da região atendimento diferenciado (consultas, exames, internações e cirurgias de média complexidade), por meio de encaminhamentos realizados pela Secretaria de Saúde de Barueri das Unidades Básicas de Saúde, nas clínicas de especialidades, nos prontos-socorros e nos serviços de Fisioterapia, estando plenamente inserido na rede assistencial de saúde. A unidade é gerenciada através do instrumento de Contrato de Gestão Nº 474/2022 celebrado 29 de Julho de 2022, com vigência de 01/08/2022 a 31/07/2023, no valor global estimado a receber em R\$ 187.919.651,92 (Cento e Oitenta e Sete Milhões Novecentos e Dezenove Mil, Seiscentos e Cinquenta e Um Reais e Noventa e Dois Centavos). E no período de 01/08/2023 a 31/07/2024, o valor pactuado nestes contrato foi no montante total de R\$ 184.409.430,84 (Cento e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e nove mil, quatrocentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos). **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **1.1 Requisitos para imunidade tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 39º do Estatuto Social); b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 39º do Estatuto Social); c) Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (art. 23, XXV do Estatuto Social), são submetidos à análise de resultados e aprovação pelo Conselho Fiscal (art. 32, I do Estatuto So-

	2023	2022
Passivo Circulante	111.786.203,05	133.896.092,33
Saúde	111.786.203,05	133.896.092,33
Obrigações Trabalhistas (3.8)	10.774.324,40	10.091.691,29
Obrigações Tributárias e Previdenciárias (3.9)	2.966.229,85	2.855.715,55
Fornecedores e Prestadores de Serviços (3.10)	9.573.845,38	9.959.652,07
Subvenções e Parcerias a realizar (3.11)	86.734.569,09	110.070.086,09
Contas a Pagar (3.12)	1.627.237,77	875.342,97
Outras Obrigações com Terceiros (3.4.1)	109.996,56	43.604,36
Passivo não Circulante	18.316.530,80	21.016.566,88
Saúde	18.316.530,80	21.016.566,88
Contas a Pagar (3.13/3.13.1)	16.916.920,57	12.361.087,38
Provisões Oriundas		
de Contingências (3.14)	1.399.610,23	1.427.093,39
Imobilizado de Terceiros (3.7)	0,00	7.228.386,11
Total do Passivo	130.102.733,85	154.912.659,21
Patrimônio Líquido (nota 5)	-814.036,56	-814.036,56
Saúde	-814.036,56	-814.036,56
Patrimônio Saúde	-814.036,56	-814.036,56
Superávit (Déficit) do Período Saúde (Nota 6)	0,00	0,00
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	129.288.697,29	154.098.622,65
Compensação Ativo (3.7)	7.228.386,11	0,00
Saúde	7.228.386,11	0,00
Compensações	7.228.386,11	0,00
Compensação Passivo (3.7)	-7.228.386,11	0,00
Saúde	-7.228.386,11	0,00
Compensações	-7.228.386,11	0,00
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

	dez/23	dez/22
1 - Receitas	235.803.750,35	212.136.129,30
1.1) Prestação de serviços	0,00	0,00
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	210.257.557,72	189.202.027,48
1.3) Outras Receitas	849.896,34	492.713,27
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	24.696.296,29	22.441.388,55
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	126.942.693,93	116.320.181,29
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	38.915.249,95	35.774.271,67
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	87.877.548,71	80.188.746,31
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	0,00	317.052,99
2.4) Outros	149.895,27	40.110,32
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	108.861.056,42	95.815.948,01
4 - Retenções	0,00	0,00
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	0,00	0,00
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	108.861.056,42	95.815.948,01
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	0,00	537,51
6.1) Receitas financeiras	0,00	537,51
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	108.861.056,42	95.816.485,52
8 - Distribuição do Valor Adicionado	108.861.056,42	95.816.485,52
8.1) Pessoal e encargos	80.466.898,25	69.839.715,50
8.2) Impostos, taxas e contribuições Financeira	42,83	177,56
8.4) Aluguéis	56.287,76	0,00
8.5) Imunidade Sobre contribuições Superávit/Déficit do Período	3.641.531,29	3.535.203,91
24.696.296,29	22.441.388,55	
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

cial) e Assembleia Geral dos Associados (art. 16 VI do Estatuto Social). **1.2-Imunidade Tributária e característica da Imunidade:** A SPDM também se enquadra no conceito de imunidade das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com a Lei Complementar nº 187, de 16 de Dezembro de 2021, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social. **1.3 - Requisitos para manutenção da Imunidade Tributária:** A Lei complementar 187/2021, regulamentada pelo Decreto nº 11.791, de 21 de novembro 2023, em seus arts. 3º e 4º estabelece que farão jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal as entidades beneficentes que atuam nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, certificadas nos termos desta lei complementar, e que, atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus dirigentes estatutários, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, das funções ou das atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - apliquem suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresentem certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); IV - mantenham escrituração contábil regular que registre as receitas e as despesas, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor; V - não distribuam a seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal; VI - conservem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - apresentem as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e VIII - prevejam, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas. § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput deste artigo não impede: I - a remuneração aos dirigentes não estatutários; e II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal, obedecidas as seguintes condições: a) nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até o terceiro grau, inclusive afim, de instituidores, de associados, de dirigentes, de conselheiros, de benfeitores ou equivalentes da entidade de que trata o caput deste artigo; e b) o total pago a título de remuneração para dirigentes pelo exercício das atribuições estatutárias deverá ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido para a remuneração dos servidores do Poder Executivo federal. § 2º O valor das remunerações de que trata o § 1º deste artigo deverá respeitar como limite máximo os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação deverão ser fixados pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações. § 3º Os dirigentes, estatutários ou não, não respondem, direta ou subsidiariamente, pelas obrigações fiscais da entidade, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação. Art. 4º A imunida-

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

	2023	2022
Receitas		
Receita Bruta de Serviços		
Prestados com Restrições (4)	235.803.750,35	212.136.666,77
Saúde	235.803.750,35	212.136.666,77
Subvenções com Saúde (4.1)	24.696.296,29	22.448.027,99
Receitas da Imunidade e do Trabalho		
Voluntário Saúde (9 e 10)	8.373,75	24.064,99
Doações Saúde (nota 4.3)	0,00	537,51
Receitas Financeiras Saúde	841.522,59	468.648,28
Receitas Gerais Saúde		
Receita Líquida	235.803.750,35	212.136.666,77
Custos (4.2)	-196.183.490,35	-179.156.721,02
Saúde	-196.183.490,35	-179.156.721,02
Com Pessoal Saúde	62.563.999,71	57.898.753,98
Custos com Pessoal sem Vínculo		
Empregatício Saúde	25.780,82	432.053,40
Custos Administrativos Saúde	79.217.008,34	70.894.805,08
Custos com Mercadorias e Materiais Saúde	38.915.249,95	35.774.271,67
Imunidade e Trabalho		
Voluntário Saúde (9 e 10)	15.461.451,53	14.156.836,89
Despesas (4.2)	-39.620.260,00	-32.979.945,79
Saúde	-39.620.260,00	-32.979.945,79
Com Pessoal Saúde	17.877.117,72	11.934.322,08
Custos Administrativos Saúde	11.630.480,08	12.235.415,29
Custos com Mercadorias e Materiais Saúde	821.486,85	478.729,44
Imunidade e Trabalho		
Voluntário saúde (9 e 10)	9.234.844,76	8.291.191,10
Despesas Financeiras e Tributárias Saúde	56.330,59	40.287,88
(=) Resultado do Exercício	0,00	0,00
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

Instituição	Tipo de Aplicação	Rentabilidade % no mês	Saldo 31.12.2023
Banco Brasil	Poupança	-	199.008,95
Banco Brasil	CDB	7,66	2.928,30
Banco Brasil	CDB	8	2.549,45
Banco Brasil	CDB	8	6.567.007,26
Banco Brasil	CDB	8	10.373.050,83
Banco Brasil	CDB	8	501,26
Banco Brasil	CDB	8	6.516,38
Banco Bradesco	CDB	8,27	55.011,10
Banco Bradesco	CDB	8,25	106.966,16
Banco Bradesco	CDB	8,25	5.850,20
Banco Bradesco	CDB	8,33	18.523,75
Total			17.337.913,64

(*) a instituição mantém esforços para operar com as melhores taxas disponíveis na instituição financeira. **3.2 – Clientes e Outros Recebíveis:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1)- Entidade sem finalidade de Lucros, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. Os valores registrados nesta conta em 31/12/2023 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº 474/2022 proveniente da Prefeitura Municipal de Barueri, totalizaram o montante de R\$ 107.572.167,99 (Cento e Sete Milhões, Quinhentos e Setenta Dois mil, Cento e Sessenta e Sete Reais e Noventa e Nove Centavos). **3.3 – Créditos e Contas a Receber:** Os valores registrados nessa conta em 31/12/2023 referem-se a diversos contas a receber de curto prazo, tendo como parte predominante a antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 - serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período, no montante de R\$ 470.831,48 que será descontado no período subsequente. O montante de R\$ 11.746,19 trata-se de contas a receber de curto prazo que normalmente não são relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4 – Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se

Demonstrativo da Movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2023

Descrição	Posição em 31/12/2023	Aquisição	Transferência Baixa	Posição em 31/12/2022
Imobilizado – Bens de Terceiros – Bens Móveis	12.394.199,78	0,00	0,00	12.394.199,78
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológico Laboratórios	5.224.801,86	0,00	0,00	5.224.801,86
Equipamentos Processamento de Dados	210.122,45	0,00	0,00	210.122,45
Mobiliário em Geral	5.057.819,37	0,00	0,00	5.057.819,37
Máquina. Utensílios e Equipamentos Diversos	1.301.081,75	0,00	0,00	1.301.081,75
Equipamentos p/Audio Vídeo e Foto	7.650,00	0,00	0,00	7.650,00
Outros Materiais Permanentes	420,00	0,00	0,00	420,00
Instalações	435.236,65	0,00	0,00	435.236,65
Softwares	157.067,70	0,00	0,00	157.067,70

A depreciação e amortização é calculada sobre o valor depreciável/amortizável, utilizando-se o método linear e taxas anuais mencionadas nesta Nota Explicativa que levam em consideração o prazo de vida útil dos ativos. Em linha com a atualização e reestruturação do plano de contas no ano de 2023, as contas de depreciação e amortização do ativo imobilizado de bens de terceiros da Instituição, se apresentam com modificações em relação a estrutura encerrada no exercício anterior, porém sem modificar o valor contábil dos ativos, conforme quadro abaixo:

Ajuste Vida Útil Econômica – Bens de Terceiros em 2023

Descrição	Posição em 31/12/2023	Transferência Baixa	Ajuste Vida Útil	Posição em 31/12/2022	Taxas anuais médias – Ajustes %
Ajuste de Vida Utilidades Econômica – Bens de Terceiros – Bens Móveis	-5.165.813,67	0,00	0,00	-5.165.813,67	
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológico Laboratórios	-2.119.059,29	0,00	0,00	-2.119.059,29	10
Equipamentos Processamento de Dados	-175.688,13	0,00	0,00	-175.688,13	20
Mobiliário em Geral	-2.110.924,63	0,00	0,00	-2.110.924,63	10
Máquina. Utensílios e Equipamentos Diversos	-393.617,06	0,00	0,00	-393.617,06	10
Equipamentos p/Audio Vídeo e Foto	-2.358,75	0,00	0,00	-2.358,75	20
Outros Materiais Permanentes	-224,00	0,00	0,00	-224,00	10
Instalações	-209.678,05	0,00	0,00	-209.678,05	20
Softwares	-154.263,76	0,00	0,00	-154.263,76	10

3.8 – Obrigações Trabalhistas: Referem-se a compromissos legais relacionados a folha de pagamento. De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. O saldo registrado nesta conta em 2023 refere-se aos salários, quitações, pensões, provisões de férias e FGTS sobre as férias, além dos benefícios do período, que totalizou o montante de R\$ 10.774.324,40. **3.9 – Obrigações Tributárias e Previdenciárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Fazem parte das obrigações tributárias e previdenciárias: O INSS, ISS, IRRF e PIS/COFINS/CSLL, retidos sobre os serviços prestados por empresas terceiras contratadas pela unidade gerenciada, no montante de R\$ 779.682,29. O IRRF, INSS, FGTS e outras contribuições sobre a folha de pagamento da unidade gerenciada, no montante de R\$ 2.186.547,56. **3.10 – Fornecedores e Prestadores de Serviços:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. As obrigações com prestadores de serviços representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria, segurança e limpeza. O saldo registrado nestas contas em 2023 totalizou o montante de R\$ 9.573.845,38. **3.11 – Subvenções e Parcerias a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Norma NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais Item 15A e ITG 2002(R1) - Entidade sem finalidade de Lucros, Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto e longo prazo em 31.12.2023 representam o montante de R\$ 86.734.569,09. **3.12 – Contas a Pagar:** Os valores registrados nessa conta estão relacionados aos serviços de terceiros, as provisões de despesas e a Estrutura SPDM. Em 2023 totalizou o montante de R\$ 1.627.237,77. **3.13 – Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.13.1 – Estimativa de Rescisão Contratual:** A Entidade entendeu por bem realizar uma estimativa de rescisão contratual, em contas passivo e resultado, em caso de rescisão unilateral por parte do órgão público contratante. Devido a sua relevância, a estimativa leva em consideração os valores para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31/12/2023, para fins de recolhimento de FGTS (50% Multa) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Descrição	Saldo em 31.12.2023	Saldo em 31.12.2022
Aviso Prévio indenizado	R\$ 7.213.070,57	R\$ 6.284.720,91
Multa 50% FGTS	R\$ 9.703.849,00	R\$ 6.076.366,47
Total	R\$ 16.916.920,57	R\$ 12.361.087,38

3.14 – Contingências Passivas: Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", ao que se refere o ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obri-

gão produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção e materiais de terceiros até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor escriturado em estoques no exercício de 2023 são de R\$ 3.153.664,59.

Tipo	31.12.2023	31.12.2022
Valores em Reais		
Materiais do setor de Nutrição	140.870,68	157.203,21
Materiais do setor de Farmácia	908.236,01	1.350.197,95
Materiais de Almoxarifado	1.559.609,80	2.129.376,72
Empréstimos de materiais a terceiros	544.948,10	279.726,26
Total	3.153.664,59	3.916.504,14

3.4.1 – Empréstimos de materiais a terceiros (ativo e passivo): Materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. **3.5 – Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguros de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. O saldo em 31/12/2023 é de R\$ 8.105,65. **3.6 – Realizado a Longo Prazo – Depósito Judicial:** O respectivo saldo representa R\$ 712.113,17 em 31.12.2023 e referem-se ao saldo de depósitos judiciais realizados pela unidade gerenciada, da qual são pertinentes a ações trabalhistas, que não foram julgadas em última instância. A unidade mantém o depósito judicial, que será levantado após o trânsito em julgado da ação. Vale ressaltar que a unidade mantém contrato com consultoria jurídica, da qual os mesmos nos mantem informados sobre os Status das ações judiciais, trimestralmente. **3.7 – Imobilizado – Bens de Terceiros:** Os bens de terceiros são composto por ativos adquiridos com recursos do contrato de gestão, que definem que a concedente será o proprietário dos bens adquiridos. Isto é, o órgão público é que reconhece a propriedade do ativo, o concorrente, apenas usufrui do uso do bem na sua atividade, conforme Termo de Permissão de Uso. No final do exercício 2023 os bens de terceiros foram reclassificados para as contas de Ativo e Passivo Compensado para uma melhor evidência dos ativos utilizados nas atividades, assim as contas de Imobilizado de Bens de Terceiros nas contas Patrimoniais no final de 31/12/2023 estarão com saldos zero.

Posição em 31/12/2023	Aquisição	Transferência Baixa	Posição em 31/12/2022
12.394.199,78	0,00	0,00	12.394.199,78
5.224.801,86	0,00	0,00	5.224.801,86
210.122,45	0,00	0,00	210.122,45
5.057.819,37	0,00	0,00	5.057.819,37
1.301.081,75	0,00	0,00	1.301.081,75
7.650,00	0,00	0,00	7.650,00
420,00	0,00	0,00	420,00
435.236,65	0,00	0,00	435.236,65
157.067,70	0,00	0,00	157.067,70

gação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a SPDM por vezes é acionada em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processo administrativo e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2023 era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 750.503.001,06 e "remota" o valor de R\$ 200.987,00. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2023, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas, no montante de R\$ 997.610,23. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 3.724.653,60. Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran

Passivas	Trabalhista	Cível	Tributária
Provável	997.610,23	402.000,00	0,00
Possível	3.724.653,60	16.964.783,72	0,00
Remota	0,00	200.987,00	0,00

4 – Origens e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 – Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da Instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais - Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1 – Rendimentos sobre Aplicação Financeira – Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade

gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2023 tais valores representam o montante de R\$ 3.316.774,64 (três milhões trezentos e dezesseis mil setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos). **4.2 – Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos da Instituição e foram classificados levando em consideração a estrutura do sistema de custos da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à Instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 – Doações:** As outras receitas não operacionais estão relacionadas aos recebimentos referentes doações de bens e mercadorias, itens como máscaras, remédios, seringas, entre outros e totalizaram o montante de R\$ 8.373,75. **4.4 – Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2023, a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipais, Estaduais e Federais, conforme quadro abaixo:

Origem dos Recursos	Natureza e Tipo de Verba		Valor Global (R\$)
Contrato de gestão nº 474/2022	Custeio - Verba Municipal		157.919.931,70
Contrato de gestão nº 474/2022	Custeio - Verba Estadual		4.737.335,01
Contrato de gestão nº 474/2022	Custeio - Verba Federal		23.400.000,00
Total			186.057.266,71

5 – Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a Norma NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". **6 – Resultado Operacional (Subvenção):** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através do contrato público na ordem de R\$ 186.057.266,71 (cento e oitenta e seis milhões cinquenta e sete mil duzentos e sessenta e seis reais e setenta e um centavos), acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 4.166.670,98 (quatro milhões cento e sessenta e seis mil seiscentos e setenta reais e noventa e oito centavos); e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 211.107.454,06 (duzentos e onze milhões cento e sete mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e seis centavos); encerrando o exercício com resultado deficitário no valor de R\$ 20.883.516,37 (vinte milhões oitocentos e oitenta e três mil quinhentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos). **6.1 – Ênfase ao Resultado:** No exercício de 2023 o Hospital Municipal Dr Barueri Dr. Francisco Moran encerrou seu resultado deficitário. Este desequilíbrio financeiro está associado a alta inflação na aquisição de serviços, materiais e medicamentos, aumento de procedimentos de alto custo para continuidade dos serviços de alta complexidade e de qualidade. **7 – Das Disposições da Lei Complementar 187 de dezembro de 2021:** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido na Lei Complementar 187/2021, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congêneres com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2023 a seguinte produção:

Tipo de Atendimento	Ano 2023	
	Atendimento não Médico	Atendimento Médico
Consulta médica	143.268	152.781
HD/Cirurgia ambulatorial	5.678	11.558
Diárias de UTI - Total	14.396	870
Nº de Partos	21.548	7.403
Saída Hospitalar	935.030	38.587
Consulta/atendimento de urgência (PS/PA)		
SADT - Total (SIA + SIH)		
Nefro-dialítico		

8 – Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Linha de Contratação	Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2023					
	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Atendimento Hospitalar Total (SIH/SUS)	-	-	-	-	-	-
Nº Total de AIH (SIH/SUS)	10.320	11.400	10.320	10.662	20.640	22.062
Atendimento de Urgência Total(PS)	10.200	9.484	10.200	9.984	20.400	19.468
Atendimento Ambulatorial/Procedimentos Específicos Total (d/a)	125.720	130.134	125.220	126.779	250.940	256.913
Consulta Médica em Atenção Especializada (Pequenas Cirurgias)	1.200	1.083	1.200	885	2.400	1.968
Atendimentos Não Médicos (Reabilitação em Fisioterapia)	18.000	15.803	18.000	15.865	36.000	31.668
Consultas Não Médicas	40.020	46.365	40.020	43.453	80.040	89.818
Consulta Médica em Atenção Especializada - Total	66.500	66.883	66.000	66.576	132.500	133.459
Internações	8.120	8.507	7.920	7.848	16.040	16.355
Internações Clínicas	2.450	1.453	2.400	1.310	4.850	2.763
Internações Cirúrgicas	4.000	4.218	3.900	3.794	7.900	8.012
Internações Obstétrica	668	1.064	648	1.018	1.316	2.082
Internações Pediátrica	930	1.709	900	1.654	1.830	3.363
Internações Psiquiátrica	72	63	72	72	144	135
Internação Domiciliar	600	662	600	632	1.200	1.294
Internação P.H. D	2.500	3.094	2.400	2.648	4.900	5.742
SADT - Total	12.500	14.842	12.000	12.325	24.500	27.167
Hemodiálise	20.520	19.994	20.520	20.727	41.040	40.721
Quimioterapia	1.080	1.254	1.080	1.135	2.160	2.389
Medicina Fetal	840	986	840	1.397	1.680	2.383
Hemodinâmica	360	618	360	598	720	1.216
Avaliação Neurológica	1.200	1.432	1.200	1.617	2.400	3.049

8.1 – Relatório de Execução Orçamentária			
Relatório de Execução Orçamentária - 2023 - 474/2022			
Receitas	Custeio	Investimento	
Repasses Contrato de Gestão/Convênio	186.057.266,71	0,00	
Receitas Financeiras	3.316.774,64	0,00	
Outras Receitas	88.563,40	0,00	
Total de Receitas	189.462.604,75	0,00	
Despesas	Custeio	Investimento	
Despesas com Pessoal	88.564.491,47	0,00	
Serviços de Terceiros	90.023.371,84	0,00	
Materiais e Medicamentos	25.876.526,54	0,00	
Outras Despesas	0,00	0,00	
Total de Despesas	204.464.389,85	0,00	

9 - Imunidade e Contribuições Sociais Usufruídas: A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da imunidade do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades (Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual ainda aguarda deferimento pelo Ministério. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 04 de dezembro de 2023, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2024 a 31/12/2026, conforme processo SIPAR nº 25000.181713/2023-91, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar Nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na

portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS-Saúde, a SPDM possui imunidade da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2.019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as imunidades usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das imunidades usufruídas durante o exercício de 2.023 se encontram registrados em conta específica de receita e despesa que totalizou R\$ 24.672.189,08 (vinte e quatro milhões seiscientos e setenta e dois mil cento e oitenta e nove reais e oito centavos). **9.1 – Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2023, da imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 17.717.382,04. Em 2022, a referida imunidade, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 13.661.798,10. **9.2 – Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal imunidade se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo que no exercício de 2023 atingiu um montante de R\$ 5.156,16. Em 2022 o referido valor de receita totalizou R\$ 86.410,68. **9.3 – Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):**

A imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2023 foi de R\$ 6.307.726,74. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2022, esse montante foi de R\$ 5.675.861,63. **9.4 – Imunidade para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - FOPAG):** A Entidade usufruiu da imunidade da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2023 R\$ 641.924,14. Em 2022, esse montante foi de R\$ 582.956,92. **10 – Trabalho voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2023, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.210,04 (dois mil duzentos e dez reais e quatro centavos); enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 21.897,17 (vinte e um mil oitocentos e noventa e sete reais e dezessete centavos) em 2022 estes valores foram de R\$ 2.215,21 (dois mil duzentos e quinze reais e vinte e um centavos) de trabalho voluntário estatutário, enquanto os outros trabalhos voluntários representou o valor R\$ 4.424,23 (quatro mil quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e três centavos). **11 – Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Barueri, 31 de dezembro de 2023.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da S.P.D.M.

Dr. Paulo Fernando Guimarães Morando Marzocchi

Michele Chaves - Contadora - CRC – SP 325478/O-7

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran)** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elab-

oração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropria-

da e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 03 de abril de 2024. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3**, Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718

Dedini S.A. Administração e Participações e Controladas

CNPJ: 54.360.912/0001-01

Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Reservas		Ajuste de		Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido		
		2023	2022	2023	2022	Capital social	Reservas de capital	de reavaliação	patrimonial	Prejuízos acumulados						
Circulante		147	183	1.665	1.476											
Caixa e equivalentes de caixa	9	23	24	62	71	Saldos em 1º de janeiro de 2022	60.888	22	83.969	140.908	(789.039)	(503.252)	(6.871)	(510.123)		
Contas a receber de clientes	10	69	-	429	191	Realização da reserva de reavaliação	-	-	(383)	-	383	-	-	-		
Estoques	11	54	54	54	54	Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(8.616)	8.616	-	-	-		
Impostos a recuperar	12	1	1	747	715	Resultado do exercício	-	-	-	-	(53.147)	(53.147)	(377)	(53.524)		
Despesas antecipadas	-	-	-	2	1	Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.888	22	83.586	132.292	(833.187)	(556.399)	(7.248)	(563.647)		
Outros créditos	14	-	104	371	444	Saldos em 1º de janeiro de 2023	60.888	22	83.586	132.292	(833.187)	(556.399)	(7.248)	(563.647)		
Não circulante		35.531	34.137	428.676	432.546	Realização da reserva de reavaliação	-	-	(277)	-	277	-	-	-		
Realizável a longo prazo:		24.198	22.769	216.089	209.094	Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(6.244)	6.244	-	-	-		
Aplicações financeiras	-	-	-	643	1.244	Resultado do exercício	-	-	-	-	(37.503)	(37.503)	(280)	(37.783)		
Mútuo financeiro	13	18.171	16.742	125.697	118.123	Saldos em 31 de dezembro de 2023	60.888	22	83.309	126.048	(864.169)	(593.902)	(7.528)	(601.430)		
Impostos a recuperar	12	-	-	353	346	Demonstração de Resultados										
Depósitos judiciais	15	3	2	139	124	Nota explicativa	2023	2022	2023	2022	Resultado da equivalência patrimonial	32	(11)	-		
Outros créditos	14	6.024	6.025	89.257	89.257	Receita	29	-	5.656	5.374	Provisão para perdas de investimentos	35.026	36.467	-		
Investimentos	17	1.064	1.096	430	430	Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	30	-	(12.869)	(14.319)	Despesas financeiras líquidas	1.719	3.835	31.893	30.059	
Propriedades para investimento	18 e 19	10.157	10.160	147.152	148.070	Prejuízo bruto	-	-	(7.213)	(8.945)	IR e contribuição social correntes	-	-	-	3	
Imobilizado	20	-	-	64.827	74.774	Despesas de vendas	30	-	(19)	(22)	IR e contribuição social diferidos	(1)	(657)	(3.454)	(4.758)	
Intangível	21	112	112	178	178	Despesas administrativas	30	(389)	(398)	(1.571)	(3.169)	Constituição de provisão para contingências	-	-	203	203
		11.333	11.368	212.587	223.452	Outras (despesas) operacionais líquidas	31	(465)	(13.113)	(469)	(16.052)	Caixa proveniente das atividades operacionais	(752)	(13.661)	1.232	(15.263)
Total do ativo		35.678	34.320	430.341	434.022	Resultado da equivalência patrimonial	17	(32)	11	-	-	(Aumento) e redução nos ativos				
Passivo e patrimônio líquido		47.015	46.325	553.469	549.139	Provisão para perdas de investimentos	17	(35.026)	(36.467)	-	-	Contas a receber de clientes	(42)	151	247	80
Circulante		47.015	46.325	553.469	549.139	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(35.912)	(49.967)	(9.272)	(28.188)	(28.188)	Estoques	-	-	-	306
Empréstimos e financiamentos	22	-	-	610	648	Receitas financeiras	32	1.493	1.285	9.525	8.767	Impostos a recuperar	-	-	(39)	432
Fornecedores	23	10	8	415	684	Despesas financeiras	33	(3.085)	(5.122)	(41.490)	(38.858)	Mútuos financeiros	3.069	(1.178)	(199)	(2.224)
Adiantamentos de clientes	13	13	270	287	Financeiras líquidas	(1.592)	(3.837)	(31.965)	(30.091)	(30.091)	Outros ativos	39	18	122	1.781	
Impostos e contribuições a recolher	24	44.017	43.591	227.517	225.800	Resultado antes dos impostos	(37.504)	(53.804)	(41.237)	(58.279)	(58.279)	Aumento e (redução) nos passivos				
Parcelamento de impostos	25	111	110	309.569	307.580	IR e contribuição social correntes	16	-	-	(3)	(3)	Fornecedores	(425)	(168)	(749)	(855)
Outros parcelamentos de impostos	26	-	-	11.536	11.031	IR e contribuição social diferidos	16	1	657	3.454	4.758	Impostos e contribuições a recolher e parcelados	426	312	1.687	1.351
Salários e férias a pagar	37	37	35	664	474	Resultado do exercício	(37.503)	(53.147)	(37.783)	(53.524)	(53.524)	Salários e férias a pagar	2	11	190	122
Outras contas a pagar	2.827	2.578	2.888	2.635	2.635	Resultado atribuível aos:						Adiantamento de clientes	-	(50)	(17)	(33)
Não circulante		582.565	544.384	478.302	448.530	Acionistas controladores	(37.503)	(53.147)	(37.503)	(53.147)	(53.147)	Outras contas a pagar	(2.318)	12.192	(2.314)	12.024
Empréstimos e financiamentos	22	-	-	610	648	Acionistas não controladores	-	-	(280)	(377)	(377)	IR e contribuição social correntes	-	-	-	(3)
Fornecedores	23	430	502	755	880	Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(1)	(2.373)	160	(2.282)	(2.282)	Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Parcelamento de impostos	25	767	768	48.822	50.775	Resgate de (aplicação em) aplicações financeiras	-	-	-	-	-	Resgate de (aplicação em) aplicações financeiras	-	-	601	508
Outros parcelamentos de impostos	26	-	-	3.149	3.675	Demonstrações do resultado abrangente						Venda de ativo imobilizado	-	2.375	6	2.540
Mútuo financeiro	13	25.153	19.357	337.124	298.320	Resultado do exercício	(37.503)	(53.147)	(37.783)	(53.524)	(53.524)	Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	-	2.375	607	3.048
Provisão para perdas com investimentos em controladas	17	547.357	512.331	-	-	Resultado abrangente total	(37.503)	(53.147)	(37.783)	(53.524)	(53.524)	Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Provisão	27	-	-	11.999	11.796	Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto						Financiamentos bancários pagos	-	-	(776)	(777)
Passivos fiscais diferidos	16	1.618	1.619	69.213	72.667	Fluxos de caixa das atividades operacionais						Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos				
Outras contas a pagar	7.240	9.807	7.240	9.807	9.807	Resultado do exercício	(37.503)	(53.147)	(37.783)	(53.524)	(53.524)	Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(1)	2	(9)	(11)
Patrimônio líquido	28	(593.902)	(556.399)	(601.430)	(563.647)	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais						Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa				
Capital social	60.888	60.888	60.888	60.888	60.888	Depreciação e amortização										